

A TERCEIRA FASE QUE NÃO ACONTECEU

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 05/11/90

Chegou o momento de o governo repensar seriamente sua estratégia de estabilização. A estratégia em curso não está dando resultados. A inflação continua a acelerar-se, os desequilíbrios dos preços relativos e particularmente da taxa de câmbio se aprofundam, o superávit comercial reduziu-se para 711 milhões de dólares em setembro, a taxa de juros está altíssima e muito instável, a economia continua estagnada (a variação do PIB será negativa em 1990) não logrando recuperar-se da desorganização provocada pela retenção da liquidez da primeira fase do Plano Collor, o número de falências e concordatas alcança novos recordes, atingindo empresas de porte.

O governo, entretanto, continua a insistir que "em breve a inflação estará em queda". Na verdade, a inflação está se acelerando, lenta mas seguramente. A queda iminente da inflação vem sendo anunciada há cinco meses, desde maio, quando se iniciou a segunda fase - ortodoxa ou monetarista - do Plano Collor. E há cinco meses a previsão vem se provando equivocada. Durante um rápido momento, em Julho e Agosto, pareceu a alguns que o governo tinha razão, mas logo verificou-se que a desaceleração inflacionária era meramente transitória. A inflação reassumiu seu caráter essencialmente inercial. Criaram-se obstáculos para a indexação formal, particularmente na área dos salários, mas a indexação informal revelou-se muito mais forte.

Na verdade, o Plano Collor parece "entalado" em sua segunda fase - a fase ortodoxa ou monetarista. Ao invés de a utilizarem como uma mera fase transitória, enquanto se preparavam para um ataque heterodoxo sistemático à inflação, os representantes do governo insistem em afirmar que "a inflação mais cedo ou mais tarde cairá", que não caiu ainda "por culpa dos oligopólios", e a ameaçar o setor privado com "mais recessão" e com "mais aperto monetário", enquanto este não se conformar com as expectativas apontadas pela política monetária do governo e reduzir o aumento de seus preços para 3 por cento ao mês - o aumento "compatível com a política monetária".

O fato é que o governo continua produzindo superávits de caixa. E continua desenvolvendo uma política monetária rígida. Mas a oferta de moeda, revelando seu caráter essencialmente endógeno ou passivo, já superou de muito as metas estabelecidas pelo governo. Durante todo o segundo semestre os meios de pagamento (M1) não deveriam subir mais do que 14,2 por cento. Até setembro M1 já subiu 29,7 por cento. "Fraqueza do governo" dizem os monetaristas. Obviamente não se trata disso. Por enquanto o governo Collor não pode ser acusado de fraqueza. "Política monetária frouxa", insistem os monetaristas, a partir da decisão do Banco Central de manter minimamente a liquidez do sistema através da recompra de títulos públicos, quando, na verdade, o governo levou o aperto de liquidez até o limite suportável pelas empresas do sistema financeiro e do setor real. As altas taxas de juros são uma indicação desse fato. Na verdade, entre 1o. de julho e 30 de setembro, a inflação, medida pelo INPC, foi de 44,4 por cento. Está havendo, portanto, uma clara redução da quantidade real de moeda, que será ainda maior se tomarmos um período mais longo.

O fato, que agora mais uma vez se comprova, é que a teoria da inflação inercial já deixou claro que uma política monetária rígida e a conseqüente redução da demanda agregada não controlam a inflação inercial ou autônoma, exatamente porque esta é autônoma em relação à oferta de moeda e à demanda de bens. A indexação informal ou formal garantem essa autonomia. Sem dúvida a oferta de moeda terá que acompanhar com algum atraso a inflação para que não se produza uma grande crise de liquidez no sistema financeiro. Há mecanismos endógenos que acabam, em grande parte, garantindo esse "sancionamento" da inflação. Entretanto, se por algum tempo - como aconteceu entre maio e julho - a oferta nominal de moeda não acompanhar o crescimento dos preços, a liquidez efetiva do sistema se ajustará pelo simples aumento da velocidade de circulação da moeda real.

Na verdade estamos assistindo neste momento a mais um extraordinário exemplo de fracasso das políticas monetaristas no combate à inflação inercial. Isto ocorreu anteriormente em 1981, em 1983-84, e em 1988-89. Repete-se agora.

O curioso é que a equipe econômica não é formada por economistas monetaristas. A primeira fase do Plano Collor foi uma prova disto. A proposta realista de redução e alongamento da dívida externa é outra demonstração deste fato. Por que, então, insistir, no plano interno, em uma política sem perspectivas? Pela simples razão de que esta é a política esperada pela classe empresarial? Por que esta é a política esperada por Washington? Por que essa é a política que tem apoio nos cânones estabelecidos nos livros-texto do Norte? Em certos momentos, quando se trata de construir confiança junto às classes empresariais, esta pode ser uma boa estratégia. Mas desde que encarada criticamente. É adotada temporariamente, enquanto se prepara um novo plano de estabilização.

O Plano Collor, em sua primeira fase, foi um plano de emergência. Não era possível prepará-lo. Sua terceira fase deverá ser preparada. Só assim será possível estabilizar de fato a economia brasileira. Três condições são essenciais: a complementação do ajuste fiscal, o equilíbrio dos preços relativos (inclusive e particularmente da taxa de câmbio e dos preços públicos), e um acordo social mínimo sobre preços e salários. O custo deste preparo serão taxas de inflação maiores nos próximos meses. Este é, porém, um custo que vale a pena pagar. Grave será não mudar agora os rumos da política econômica, será não começar essa preparação. A consequência será nos sujeitarmos, dentro de alguns meses, a um novo congelamento de emergência, que, por definição, por ser de emergência, não estabilizará a economia.